



SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.564.930/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às demonstrações financeiras da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários
Os acionistas aprovaram no exercício de 2023 o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R\$ 293.936 com a emissão total de 24.735 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Capital Social passou a ser de R\$498.243, dividido em 41.046 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L., a acionista Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. renunciou ao direito de preferência às ações da Companhia que lhe cabia subscrver e integralizar.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/23	31/12/22
Ativo		2.893	19.888
Ativo Circulante		9	18.149
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&12.c	9	18.149
Ativos Fiscais - Correntes	4.a	1.425	130
Outros Créditos	5	1.459	1.609
Ativo Não Circulante		492.506	184.010
Ativos Fiscais - Diferidos	4.b	1.985	-
Imobilizado	6.a	689	-
Intangível	6.b	489.832	184.010
Total do Ativo		495.399	203.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. (Santander Global Cards), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Av. Juscelino Kubitschek, 2041, Cj 191, Parte 3 Bloco A Vila Olímpia, São Paulo-SP, tem como finalidade a coleta, armazenamento, organização, análise, desenvolvimento, gerenciamento, tratamento e compilação de dados, relatórios e base de informações de pessoas físicas e jurídicas, administração, operação e processamento de cartões de crédito, cartões de bancos e financeiras, cartões múltiplos, cartões de debito, cartões de bandeira privada, cartões pré pagos, cartões de benefícios em geral (vouchers) e de outros meios eletrônicos de pagamento, sistemas para processamento de pagamentos, créditos, cobrança e programas de fidelização.

A Santander Global Cards é uma sociedade integrante do Grupo Santander, a Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L detém de 99,99% das ações da Santander Global Cards, e a Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. detém 0,01% das ações da Companhia.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

A partir do exercício de 2023 a Santander Global Cards, se enquadrou como empresa de grande porte com base na Lei das Sociedades por Ações. Em função desse enquadramento, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas adotando as práticas contábeis de acordo com todos os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deixando de aplicar o pronunciamento específico CPC - PME.

Não houve alterações significativas nos tratamentos contábeis da Companhia em função da adoção de todos os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Diretoria Executiva autorizou a emissão de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na reunião realizada em São Paulo, 10 de maio de 2024. O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

c.1) Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

c.1) Normas que entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

i. Alteração ao CPC 26 - Divulgação de políticas contábeis:

Alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Essa alteração entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impacto para a Santander Global Cards.

ii. Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impacto para a Santander Global Cards.

iii. Alteração ao CPC 02 - Tributos sobre o Lucro:

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Global effective tax rate" ou alíquota efetiva Global. Essa norma também requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias de diferenças tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impacto para a Santander Global Cards.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

i. Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:
As alterações foram adotadas para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível por ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao CPC 26 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

ii. Alteração ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:
Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no CPC 26 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

iii. Alteração ao CPC 06 - Arrendamentos:
Esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao CPC 06 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

iv. Alteração ao CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis:
Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao CPC 02, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para a moeda de referência de permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitam aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

2. Políticas Contábeis e Critérios de Apreciação

As políticas contábeis e os critérios de apreciação utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos

i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Contas a Receber: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, mas não são cotados em um mercado ativo de câmbio à vista para a moeda de referência, bem como exige a divulgação de informações que permitam aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Ativos Fiscais Correntes"; e
- "Outros créditos": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iii. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Fornecedores";
- "Contribuições a Recolher"; e
- "Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros"

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados a valor justo ou custo amortizado, dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

As "Contas a Receber" são mensuradas ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

c) Outros Ativos

Inclui o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

e) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

f) Imposto de Renda Presumido (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
Em 2023 ocorreu a mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. O encargo do IRPJ passou a ser calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos passaram a serem calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

Em 2022 o encargo do IRPJ foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, com base no Lucro Presumido.

g) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
Em 2023 a Santander Global Cards, adotou o regime não cumulativo para o recolhimento das contribuições de PIS e Cofins, utilizando as alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente. Em 2022 as alíquotas de PIS e Cofins eram de 0,65% e 3%, calculadas pelo regime cumulativo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Global Cards. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou outros recursos favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho ou prejuízo praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

i) Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas

A Santander Global Cards não possui outros itens da demonstração de receitas e despesas reconhecidas (ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior, ganhos e perdas atuais e mudanças nos valores justo de instrumentos financeiros de hedge).

Digital Solutions, S.L., a acionista Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. renunciou ao direito de preferência às ações da Companhia que lhe cabia subscrver e integralizar.

Na AGE realizada em 1 de junho de 2023, o representante do acionista aprovou a exoneração do Sr. Francisco Antonio Rodriguez Rita do cargo de Diretor Presidente da Companhia e a eleição do Sr. Reginaldo Antonio Ribeiro e do Sr. Rogério Magno Panca para os cargos de Diretores da Companhia com mandatos válidos até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

Na AGE realizada em 2 de agosto de 2023, o representante do acionista aprovou eleição do Sr. Carlos Alberto dos Anjos para o cargo de Diretor Presidente da Companhia com mandato válido até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 489.892 (31/12/2022 - R\$ 199.791) e o prejuízo apresentado no exercício de 2023 foi de R\$ 3.835 (31/12/2022 R\$ 4.078).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 495.399 (31/12/2022 - R\$ 203.898). Desse montante, destacamos R\$ 489.832 representados por Intangível (31/12/2022 - R\$ 184.010). Em 31 de dezembro de 2023, os passivos totais atingiram R\$ 5.507 (31/12/2022 - R\$ 4.107). Desse montante, destacamos R\$ 5.426 representados por Fornecedores (31/12/2022 - R\$ 4.516). São Paulo, 10 de maio de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/23	31/12/22
Passivo		5.507	4.107
Passivo Circulante		5.426	445
Fornecedores		5.426	445
Impostos e Contribuições a Recolher	7	81	3.662
Total do Passivo		5.507	4.107
Patrimônio Líquido		498.243	204.307
Capital Social	9.a	498.243	204.307
Prejuízos Acumulados		(8.351)	(4.516)
Total do Patrimônio Líquido		489.892	199.791
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		495.399	203.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

j) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

k) Imobilizado

O imobilizado é formado basicamente por equipamentos de uso, e a depreciação do imobilizado é feita pelo método linear utilizando a taxa de 20% ao ano.

A Santander Global Cards, avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. Em 2023, após a avaliação do Ativo tangível, não foram identificados indícios de Impairment.

l) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definitiva são ativos não monetários sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. A Santander Global Cards avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização. Em 2023, após a avaliação do Ativo Intangível, não foram identificados indícios de Impairment.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a depósitos bancários e aplicações financeiras. A empresa não operou com derivativos nos exercícios.

Composição

	31/12/23	31/12/22
Depósitos Bancários	9	2
Fundos de Investimentos em Renda Fixa ⁽¹⁾	-	18.147
Total	9	18.149

⁽¹⁾ Fundo de investimento SBAC, carteira composta substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas. Títulos com liquidez diária.

4. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

a) Ativos Fiscais Correntes
Em 31 de dezembro de 2023, Ativo Fiscal corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no montante de R\$ 1.425 (em 31/12/2022 R\$ 130).

b) Ativos Fiscais Diferidos

Os dados dos saldos dos Ativos Fiscais Diferidos são:

	31/12/23	31/12/22
Ativos fiscais diferidos	1.985	-
Demais diferenças temporárias	-	-
Prejuízo fiscal	1.985	-
Total de ativos fiscais diferidos	1.985	-

A movimentação dos saldos dos Ativos Fiscais Diferidos no último ano foi:

	Saldos em 31/12/22	Ajuste no resultado	Saldos em 31/12/23
Ativos fiscais diferidos	-	1.985	1.985
Diferenças temporárias	-	1.985	1.985
Prejuízo fiscal	-	1.985	1.985
Total	-	1.985	1.985

Expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos:

Ano	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total
2025	-	1.985	1.985
Total	-	1.985	1.985

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da reação dos ativos fiscais não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há ativos fiscais diferidos não contabilizados.

5. Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2023, Outros Créditos referem-se ao pagamento de Licenças anuais de Softwares de teste de segurança no montante de R\$ 1.459 (em 31/12/2022 R\$ 1.609).

6. Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos do Imobilizado e Intangível estão compostos da seguinte forma:

	01/01 a 31/12/2023
Composição:	Custo Depreciação Acumulada Total
Máquinas e equipamentos	747 (58) 689
Total	747 (58) 689

Saldo no Início do Exercício

	01/01 a 31/12/2023
Composição:	Custo Amortização Acumulada Total
Softwares em desenvolvimento ⁽¹⁾	489.832 - 489.832
Total	489.832 - 489.832

Saldo no Início do Exercício

	01/01 a 31/12/2023
Composição:	Custo Amortização Acumulada Total
Adições	184.010 (58) 689
Saldo no fim do Exercício	184.010 (58) 689

⁽¹⁾ Refere-se à plataforma de processamento de cartões.

7. Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/23	31/12/22
Impostos retidos de terceiros a recolher	75	3.416
Impostos sobre o Lucro a Pagar	6	244
Total	81	3.662

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/23	31/12/22
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.927	1.927
Impostos Pagos no Exercício	539	-

9. Patrimônio Líquido

a) Capital Social<



SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.564.930/0001-42

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Carlos Alberto dos Anjos

Diretores

Reginaldo Antonio Ribeiro

Rogério Magno Panca

Contabilista

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 16/05/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/05/16/SANTANDER1575977016052024.pdf>
Hash: 17158694402a6d8ef394c54d7bbe2f215f81a5403b